

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

Autor: Deputado RONALDO CAIADO
e Outros

Relator: Deputado DILCEU SPERAFICO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.507, de 2005, de autoria no nobre Deputado Ronaldo Caiado e de outros trinta e seis ilustres Deputados, é resultado de amplo processo de debate, liderado por esta Casa, com abrangência nacional, sobre a questão da renegociação das dívidas oriundas das operações de crédito rural, cujas atuais regras têm levado à desestabilização das condições econômicas dos produtores rurais brasileiros.

O Projeto sob análise tem, assim, por objetivo estabelecer as condições de repactuação e alongamento de dívidas originárias de crédito rural, propondo, pormenorizadamente, a forma de apuração dos saldos devedores e de sua amortização, incluindo taxas de juros e prazos a serem observados, bem como bônus de adimplência a serem concedidos.

Na sua justificação, os Autores da proposição esclarecem as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais para honrar suas dívidas, mesmo após a edição relativamente recente de diversas leis sobre a matéria (Leis nº 9.866, de 1999; nº 10.437, de 2002; e nº 10.696, de 2003), tendo em vista conterem esses diplomas legais dispositivos que impõem restrições tais à renegociação das dívidas rurais que não propiciaram a necessária redução de encargos de que necessitam os agropecuaristas para impulsionar o desenvolvimento de suas atividades econômicas, de sabida importância para a economia brasileira.

Enfatizam, assim os Autores o especial significado da aprovação do Projeto sob exame para os produtores rurais brasileiros, ao afirmar: *"Procuramos, com este projeto de lei, resgatar a dignidade e a capacidade de pagamento dos débitos de um imenso contingente de produtores rurais, possibilitando-lhes deixar a condição de excluídos do processo de renegociação, e retornar à normalidade, dedicando-se à produção agropecuária"*.

O Projeto em apreço foi inicialmente apreciado e aprovado sem emendas pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e pela Comissão de Finanças e Tributação.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 32, inciso III, alínea a, do Regimento Interno desta Casa. No prazo regimental, não foram apresentadas ao Projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Examinado o Projeto sob o ponto de vista da competência regimental desta Comissão, entendemos terem sido obedecidas as normas constitucionais relativas à: competência legislativa da União em matéria creditícia (art. 22, inciso VII); atribuição do Congresso Nacional, com posterior

pronunciamento do Presidente da República (art. 48, incisos II e XIII); e legitimidade da iniciativa legislativa concorrente (art. 61, *caput*).

Não se verificam, de outra parte, conflitos de natureza material entre as disposições constitucionais vigentes e o proposto no Projeto sob exame, que atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, vez que não se vislumbra incompatibilidade entre a norma proposta e o arcabouço legal vigente sobre a matéria, em especial, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A exceção representada pelo 24, § 2º, do Projeto é abordada em detalhe ao final deste Voto.

No que tange à técnica legislativa e redacional, verificamos que alguns dispositivos do Projeto merecem aprimoramento. Nos arts. 8º, 10, 13, § 3º, falta citar expressamente o órgão editor dos atos regulamentares que mencionam, a saber, o Conselho Monetário Nacional.

Faz-se, ainda, necessário, no art. 5º do Projeto, renumerar como único o parágrafo identificado como 1º, e, no art. 6º, identificar como incisos as atuais alíneas do § 5º, acrescentado por aquele dispositivo ao art. 2º da Lei nº 10.437, de 2002.

Em face da complexidade e da relevante repercussão esperada da lei conseqüente do Projeto em apreço, entendemos igualmente necessário que se estabeleça, na cláusula de vigência, período de vacância de quarenta e cinco dias para sua entrada em vigor, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina, em seu art. 8º, *caput*, seja a vigência indicada "*de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula 'entra em vigor na data de sua publicação' para as leis de pequena repercussão*".

Quanto à terminologia utilizada e à estruturação da matéria, entendemos encontrarem-se basicamente atendidos os preceitos da citada Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, especialmente tendo em vista que, em se tratando de assunto técnico, como é o caso presente, preceituam essas Leis Complementares, que dispõem sobre a elaboração e a redação legislativa, a

utilização da linguagem própria do assunto tratado, porém, articulando-a de modo “*a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma*”. No entanto, algumas falhas e imprecisões redacionais, descritas a seguir, tornam necessárias modificações no texto do Projeto, que apresentamos em emendas anexas.

Foram dadas três diferentes denominações, ao longo da proposição, aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Centro-Oeste, instituídos pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, I, c, da Constituição Federal. Carece, portanto, a menção a esses Fundos de indispensável uniformidade. Entendemos que essa falha de técnica legislativa possa ser saneada pela indicação expressa, nos arts. 4º, III, 12, *caput*, e 13, *caput*, do Projeto, da supramencionada lei instituidora desses Fundos.

No *caput* do art. 9º a menção a “citada lei” é imprecisa, fazendo-se necessário dar nova redação ao dispositivo, de maneira que se entenda inequivocamente estar-se tratando da Lei nº 10.437, de 2002. A alteração que propomos neste dispositivo atende ao disposto no art. 11, inciso II, alínea g, da citada Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

O art. 13 contém, nos seus três incisos, redação desnecessariamente repetitiva, de conteúdo parcialmente idêntico. Em emenda anexa, buscamos aprimorar sua redação, incluindo no *caput* do artigo o conteúdo que se mostra invariável nos incisos, ou seja, a regra que vale para as três situações neles descrita.

Ainda com relação ao art. 13, entendemos supérfluo, e mesmo contraindicado, mencionar no *caput* um teto para todas as operações a que se referem seus três incisos. Tendo em vista que há “subtetos” fixados nos incisos I e III, parece-nos que a menção a um teto geral, no *caput*, poderia dar margem a interpretações divergentes sobre o limite a ser aplicado em cada caso particular, se o do *caput* ou o do respectivo inciso.

No art. 19, § 1º, julgamos necessário proceder às modificações a seguir descritas. No inciso I desse parágrafo deve ser mencionada por extenso a taxa de desconto ali constante, em respeito ao que preceitua o art. 11, inciso II, alínea f, da supracitada Lei Complementar nº 95,

de 1998. No inciso II, não se encontra expressa a indispensável menção à lei a qual pertencem os ali citados arts. 8º e 12, que deve ser a consectária do Projeto em apreço. A exemplo do já verificado no art. 13, ocorre no dispositivo de que aqui se trata repetição desnecessária de regra geral válida para seus dois incisos.

Finalmente, julgamos que a atribuição de competência ao Ministério da Fazenda, proposta no art. 24, § 2º, do Projeto, além de inconstitucional, em face do que dispõe o art. 84, VI, a, da Constituição Federal, diz respeito a assunto de economia interna do Poder Executivo, relativo a sua organização e funcionamento, cuja omissão no texto da Lei em nada alterará o resultado por esta visado.

Em face das considerações acima expostas, apresentamos, em anexo, emendas aos mencionados arts. 4º, inciso III, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 12, *caput*, 13, 19, 24, § 2º, e 28 do Projeto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.507, de 2005, com as emendas anexas, de nossa autoria.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao inciso III do art. 4º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 4º

.....”

III – 20% (vinte por cento) para operações contratadas nas regiões abrangidas pelos Fundos Constitucionais do Norte e do Centro-Oeste, criados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2

Renumere-se o § 1º do art. 5º do Projeto como parágrafo único.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 3

Renumerem-se, no art. 6º do Projeto, como incisos I, II e III, as alíneas *a*, *b* e *c* do § 5º, acrescentado ao art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 8º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 8º Fica autorizada a prorrogação da parcela vincenda em 2005 das operações contratadas ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, e as operações referenciadas na Resolução nº 2.185, de 26 de julho de 1995, do Conselho Monetário Nacional, para um ano após o vencimento final da operação, mantendo-se os encargos para situação de normalidade.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 5

Dê-se ao *caput* do art. 9º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 9º Fica o gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, autorizado a conceder alongamento de prazos e a ajustar encargos financeiros das parcelas vencidas e vincendas, em operações renegociadas ao amparo do art. 5º da Lei nº 10.437, de 2002, de forma a adequar ao disposto no art. 1º dessa mesma Lei o novo cronograma de desembolso, encargos financeiros e demais condições, vencendo a primeira parcela até 31 de outubro de 2005 e a última até 31 de outubro de 2025.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 6

Dê-se ao art. 10 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 10. Ficam os agentes financeiros integrantes do SNCR autorizados a conceder alongamento de prazos e a ajustar encargos financeiros para os saldos devedores de parcelas vencidas e vincendas das operações contratadas ao amparo da Resolução nº 2.513, de 17 de junho de 1998, do Conselho Monetário Nacional, de forma a adequar o novo cronograma de reembolso, encargos financeiros e demais condições àqueles definidos no art. 1º da Lei nº 10.437, de 2002, vencendo a primeira parcela até 31 de outubro de 2009 e a última até 31 de outubro de 2025.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 7

Dê-se ao *caput* do art. 12 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 12. O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas de operações pactuadas ao amparo dos Fundos Constitucionais, criados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como daquelas renegociadas sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da Lei nº 10.177, de 2001, fica alterado para até trezentos e sessenta dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 8

Dê-se ao art. 13 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 13. Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais e de suas cooperativas e associações, que tenham sido concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Centro-Oeste, criados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, por meio de operações classificadas como "PROGER RURAL" ou equalizados pelo Tesouro Nacional, observadas as seguintes regras e condições:

I – nos financiamentos de investimento agropecuário com valor total originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por ano, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

a) contratados até 31 de dezembro de 1997:

.....

b) contratados entre 2 de janeiro de 1998 e 30 de junho de 2000:

.....

II – nos financiamentos de investimento agropecuário com valor total originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por ano e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por ano, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

.....

III - nos financiamentos de custeio com valor total originalmente contratado de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por ano, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

a) contratados até 31 de dezembro de 1997:

.....

b) contratados entre 2 de janeiro de 1998 e 30 de junho de 2000:

.....

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo às operações renegociadas ao amparo da Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e da Lei nº 10.696, de 2003, não sendo cumulativos os bônus de adimplência nelas especificados."

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 9

Dê-se ao inciso II do art. 19 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 19.

§ 1º O desconto de que trata o caput deste artigo, a ser aplicado no dia da liquidação antecipada e total da dívida sobre cada parcela devida, deduzidos os bônus de adimplência, será calculado com a observância dos seguintes parâmetros:

I – 6% (seis por cento) ao ano, para as dívidas alongadas de que tratam os §§ 3º e 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, e suas alterações, bem assim os arts. 9º, 10 e 11 desta Lei;

II – 12% (doze por cento) ao ano, para as dívidas alongadas de que trata o § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, e suas alterações, bem assim os arts. 8º e 12 desta Lei.

.....”

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 10

Dê-se ao § 2º do art. 24 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 24.

.....

§ 2º O Poder Executivo fundamentará solicitação ao Senado Federal de aumento dos limites referidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 52 da Constituição Federal, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.507, DE 2005

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências.

EMENDA Nº 11

Dê-se ao art. 28 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 28. Esta Lei entra em vigor após decorridos quarenta e cinco dias de sua publicação oficial.”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DILCEU SPERAFICO
Relator